



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2025

PROCESSO 2402/2025

Secretaria Turismo, Esporte, Cultura, Eventos e Juventude

O Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ, através da Secretaria Turismo, Esporte, Cultura, Eventos e Juventude, localizada na Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando o Processo seletivo denominado Chamamento Público, para permissão e exploração comercial de barracas e food truck, relacionados aos festejos de “Carnaval 2025”, no período de 28 de fevereiro a 04 de março de 2025 no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ.

O presente Chamamento Público estará disponível do site da Prefeitura em <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/> e ainda nos meios de comunicação da Secretaria de Turismo, além de estar na Portaria da Prefeitura Municipal de 2ª a 6ª feira, nos horários de 09h30min às 17h.

Os interessados que desejarem concorrer a exploração de barracas do evento deverão apresentar/entregar os documentos de “HABILITAÇÃO”, no setor de **Protocolo** localizado na Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, balcão de atendimento, nos dias **20/02/2025 a 24/02/2025 até as 17:00h**.

O presente edital visa à Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, priorizando candidatos domiciliados no Município de São José do Vale do Rio Preto - RJ. Na ausência de candidatos locais qualificados, a Administração poderá ampliar a seleção para outros Municípios.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência, o Chamamento Público para **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS** para permissão de caráter precário para exploração comercial de barracas e food truck, relacionados aos festejos de “Carnaval 2025”, no período de 28 de fevereiro a 04 de março de 2025 no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ

1.2. A permissão de uso do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei municipal 106/90; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2. DO SERVIÇO

2.1. As características e especificações do objeto da referida permissão de uso são:

	MATERIAIS / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR/DIA	QTD/DIA
--	---------------------------	---------	-----	-----------	---------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

01	Permissão de uso de espaço público, por pessoas físicas ou jurídicas, localizado na área das festividades do carnaval no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ, para montagem de estrutura e exploração de barraca para comercialização de comidas, lanches e bebidas, a ser integrado ao evento mencionado acima, no período de 28-02 a 04 de março de 2025, com tamanho de 3 (três) metros de largura por 3 (três) metros de comprimento, cuja localização será organizada pela comissão de carnaval na data do evento	Permissão	10	R\$ 69,21	1 DIA = R\$ 69,21 2 DIAS = R\$ 138,42 3 DIAS = R\$ 207,63 4 DIAS = R\$ 276,84 5 DIAS = R\$ 346,05
02	Permissão de uso de espaço público, por pessoas físicas ou jurídicas, localizado na área das festividades do carnaval no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ, para montagem de estrutura e exploração Food Trucks e/ou Trailers a ser integrado ao evento mencionado acima, no período de 28-02 a 04 de março de 2025. Food Trucks e/ou Trailers para comercialização de comidas, lanches e bebidas, em área única com espaço físico que não ultrapasse o tamanho de 3 (três) metros de largura por 3 (três) metros de comprimento, com quadro de energia para ligação elétrica. Cujas localizações serão organizadas pela comissão de carnaval na data do evento.	Permissão	05	R\$ 69,21	1 DIA = R\$ 69,21 2 DIAS = R\$ 138,42 3 DIAS = R\$ 207,63 4 DIAS = R\$ 276,84 5 DIAS = R\$ 346,05

2.2 O valor acima descrito foi determinado a partir das diretrizes da Lei Municipal N.º 106/1990, em seu Artigo 152, inciso IV, que prevê a cobrança do valor de 0,10 da porcentagem do UNIF por dia, por metro quadrado da área ocupada. Atualmente, o valor da UNIF corresponde à R\$ 76,95 (Setenta e seis reais e noventa e cinco centavos)

2.3 Cronograma de comercialização dos espaços

DATA	AÇÃO
19/02/2025	Publicação do Edital
20/02/2025 a 24/02/2025	Recebimento dos documentos
25 e 26/02/2025	Análise das documentações e pagamento das tarifas

2.4 O credenciamento, objeto deste edital, caracteriza uma relação contratual de prestação de serviços.

2.5. Para o chamamento público deste edital, admite-se a uma única inscrição por CPF e CNPJ no certame, devendo os interessados atenderem as regras descritas neste Edital;

3. CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

3.1 O chamamento público para credenciamento permanecerá aberto, aos interessados que preencherem as condições previstas neste instrumento, do dia de publicação deste Edital até **24 de fevereiro de 2025**. Encerrado o prazo de inscrição, nenhum outro documento será recebido, exceto atualizações das certidões solicitadas no presente edital.

3.2. As pessoas físicas e jurídicas interessadas em participar do certame deverão entregar o Envelope Lacrado no setor de Protocolo localizada na Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, balcão de atendimento, com todas a documentações, requerimento e declarações conforme descrito nesse edital.

3.2.1. De posse do Requerimento de Participação, deverá anexar todos os documentos indicados no item 5 deste edital em **Envelope lacrado e devidamente identificado**.

3.3. É **vedado** o credenciamento de pessoa física ou jurídica que:

3.3.1. Pertença ao quadro societário de pessoa jurídica já inscrita no certame;

3.3.2. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.3. Tenha sofrido restrições de qualquer natureza, resultante de contratos firmados anteriormente com o Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, inclusive restrições relacionadas a contrato de trabalho quando tenha havido demissão por justa causa;

3.4.4. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do certame os interessados que se enquadrarem em quaisquer das situações a seguir:

3.5.1. Menores de 18 anos;

3.5.2. Os interessados que exerçam atividades ilícitas;

3.6. Não serão aceitos os envelopes de “DOCUMENTOS” enviados via correio ou por outro meio que não seja presencial.

3.7. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar os participantes credenciados e os representantes legais exceto com procurações assinadas.

3.8. Os proponentes que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstas em lei;



3.9. Todos os Prestadores credenciados deverão atender as normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária.

3.10. Não poderá participar direta ou indiretamente do processo seletivo de CHAMAMENTO PÚBLICO, o servidor dirigente da Prefeitura Municipal.

4. DA EXPLORAÇÃO DE BEBIDAS E ALIMENTOS

4.1 O espaço a ser explorado, parte física, fica sob inteira responsabilidade do arrematante, ficando responsável, também, pela conservação e gastos de manutenção da estrutura durante a realização do evento, sem direito a recobrar do município as despesas feitas com as manutenções da referida estrutura;

4.2 O habilitado aceitara todas as obrigações constante no presente edital, conforme cláusulas 6 e 6, ciente de tudo que engloba o objeto da parceria no espaço utilizado pela barraca de bebidas e alimentação durante o evento, conforme Termo de Referência;

4.3 O horário de funcionamento será durante toda a realização do “Carnaval 2025” de São José do Vale do Rio Preto - RJ, desde o início do evento até o encerramento.

4.4 A manutenção e limpeza das barracas e instalações ficam sob responsabilidade do arrematante;

4.5 Não será permitida a estocagem de quaisquer tipos de materiais e equipamentos fora das dependências dos espaços;

4.6 As barracas que fazem o uso de chapa, só será permitido a utilização de chapa a gás, sendo vedada a utilização de chapa elétrica.

4.7 Aos Food Truck e barracas, serão disponibilizados um ponto de energia para cada e disponibilizados pontos específicos a serem informados aos credenciados no dia do evento, sendo vedada a ligação irregular em logradouro público.

4.8 Não será permitida a subcontratação de espaços;

4.9 Não será permitida a venda de bebidas Alcoólicas para Menores de 18 anos;

4.10 Só será permitida a entrada de veículos no evento para fins de abastecimento ou entrega de equipamentos nos horários permitidos e estabelecidos pela organização;

4.11 Fica exposta a necessidade da padronização de todos os espaços, com isso, a concedente fornecerá a estrutura necessária para os espaços reservados destinados à comercialização de bebidas e produtos alimentícios durante as Festividades do “Carnaval 2025”, priorizando a organização do evento e a maximização do conforto e segurança dos participantes e visitantes.

5. DO CHAMAMENTO



5.1. A COMISSÃO DE CARNAVAL, instituída via decreto municipal, analisará a documentação recebida e efetivará o credenciamento dos interessados que atenderem todo o disposto neste processo de chamamento e credenciamento.

5.2. Caso o número de entidades aptas ultrapasse o número de espaços oferecidos para o evento, será realizado sorteio sob supervisão da Comissão de Carnaval.

5.3. A comissão de Carnaval, para fins de seleção dos interessados, analisará preferencialmente as propostas de pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ. Fato que garante benefícios à cultura e à economia da cidade

5. DO CREDENCIAMENTO E DA HABILITAÇÃO

5.1. DO CREDENCIAMENTO DA PESSOA JURÍDICA:

5.1.1. No dia, horário e local designado conforme informado neste edital, o participante deverá apresentar os documentos para credenciamento, e a análise dos documentos será da seguinte forma:

5.1.2. Se por outra pessoa, deverá estar devidamente munida por instrumento particular de procuração, devidamente acompanhada da fotocópia do Contrato Social da empresa ou documento de credenciamento com poderes de representação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, devendo apresentar, a documentação comprobatória, com cópia de Cédula de Identidade do Representante.

5.2. As **PESSOAS JURÍDICAS**, interessadas em participar deste chamamento público, deverão apresentar à seguinte documentação **válidas**:

5.2.1. REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO – Pessoa Jurídica, preenchido e assinado pelo representante legal (**Anexo I**).

5.2.2. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitido pela Receita Federal;

5.2.3 Contrato Social ou equivalente (CCMEI);

5.2.4 Certificado de Regularidade do FGTS;

5.2.5 Certidão Negativa de Débitos Federal, Estadual e Municipal;

5.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2.7. DECLARAÇÃO UNIFICADA – Pessoa Jurídica, assinada pelo representante legal, de que aceita os termos do edital e seus anexos, atende ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; não foi declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública; e de que não mantém vínculo de qualquer natureza com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato. (**Anexo II**)

5.2.8. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP, emitida por profissional habilitado da área contábil ou certidão emitida pela Junta Comercial ou comprovante de enquadramento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

no Simples, provando que a licitante pretender utilizar-se dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, cuja data de emissão não seja superior a 6 (seis) meses, em relação à data da abertura da sessão pública. **(Anexo III-A)**

5.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor aprendiz, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição. (Anexo IV)

5.2.10. Cópia da célula de identidade (RG) ou carteira profissional e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal;

5.2.11. Somente os participantes que atenderem aos requisitos deste, terão poderes para participar e manifestar após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Comissão, assinar a ata onde estará registrado o valor e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente.

5.3. DO CREDENCIAMENTO DA PESSOA FÍSICA:

5.3.1 As PESSOAS FÍSICAS interessadas, visando a sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnico profissional, deverão apresentar os seguintes documentos válidos:

5.3.2. REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO – Pessoa Física, preenchido e assinada pelo requerente.

5.3.3. Cópia da célula de identidade (RG) ou carteira profissional e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

5.3.4. Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos municipais relativa ao domicílio ou sede do requerente, abrangendo todos os tributos.

5.3.5. DECLARAÇÃO UNIFICADA – Pessoa Física, assinada pelo requerente, de que aceita os termos do edital e seus anexos, atende ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; não foi declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública; e de que não mantém vínculo de qualquer natureza com dirigente da Administração Municipal ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

5.3.6. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO PESSOA FÍSICA, emitida por profissional habilitado da área contábil ou certidão emitida pela Junta Comercial ou comprovante de enquadramento no Simples, provando que a licitante pretender utilizar-se dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, cuja data de emissão não seja superior a 6 (seis) meses, em relação à data da abertura da sessão pública. **(Anexo III-B)**

5.4. Serão eliminados os interessados que, no prazo estabelecido neste processo, não apresentarem suas propostas ou deixarem de cumprir os requisitos para participação, os declarados inidôneos por ato do Poder Público, bem como aqueles impedidos de contratar com a administração municipal de São José do Vale do Rio Preto - RJ, bem como os inadimplentes com o Município.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 Das obrigações da Autorizada:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

- 6.1.1 Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento da Proposta;
- 6.1.2 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela unidade executora, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 6.1.3 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta;
- 6.1.4 Relatar à unidade executora toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 6.1.5 Manter as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como as normas ambientais vigentes;
- 6.1.6 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- 6.1.7 Após apresentação da proposta e finalização da habilitação, não poderá desistir da obrigação assumida sob pena de multa, a partir do Art 155 da Lei 14.133/21.
- 6.1.8. A CREDENCIADA, além da vinculação às regras deste edital, terá a obrigação, durante toda execução da prestação do serviço.
- 6.1.9. Assumir total responsabilidade pelas despesas relativas a encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus funcionários, ficando o Município isento de qualquer vínculo empregatício para com eles.
- 6.1.10. Responder, integralmente, pelas perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito.
- 6.1.11. Efetuar o pagamento da taxa de licenciamento para uso do espaço, conforme valor estipulado na relação de Pontos comerciais, nos termos previstos neste edital.

6.2. Das obrigações da Unidade Executora:

- 6.2.1 Proporcionar todas as condições para que a Habilitada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações da proposta e, especialmente, deste Termo de Referência;
- 6.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Habilitada, de acordo com os termos de sua proposta;
- 6.2.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos Habilitada em relação ao objeto da Proposta;
- 6.2.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da proposta, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Habilitada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas ou por irregularidades constatada;
- 6.2.5 Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução, se não abordadas no Termo de Referência;

7. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO
--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

7.1. A prestação do serviço será realizada de forma integral e em local designado pela Secretaria de Turismo, diretamente com a CREDENCIADA, respeitado o limite de horário estabelecido, não havendo direito de exclusividade para qualquer ponto comercial ou atividade credenciada.

7.2. Cada requerente interessado, se habilitado e credenciado, terá autorização de uso concedida para somente UM ÚNICO PONTO comercial ou atividade AMBULANTE.

7.3. Fica facultado aos interessados efetuar visita técnica no local do evento para inteirar-se das condições do local e do grau de dificuldades porventura existentes. A visita deverá ocorrer até 3 (três) dias antes da data prevista para a realização do certame, e poderá ser agendada através da Secretaria de Turismo, Esporte, Lazer e Juventude, presencialmente ou pelo telefone 24 2224 7388.

7.4. Os pontos comerciais deverão estar instalados para utilização na data do Evento a fim de possibilitar a fiscalização dos órgãos públicos. O comércio que não estiver instalado até o prazo acima indicado, poderá ter revogada a autorização de uso, sem direito a indenização e devolução da quantia paga pela autorização.

7.5. Os pontos comerciais deverão estar desmontados e retirados das dependências do Local após a realização do Evento e, sob pena de remoção pela Administração e aplicação de multa de 10% (dez por cento) ao dia sobre o valor pago pela autorização.

8. IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E RECURSOS

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data final de inscrições.

8.2. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de requerentes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser protocolado em até 3 (três) dias úteis após a conferência dos documentos.

8.3. A impugnação, o pedido de esclarecimento e o recurso poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do seguinte endereço: <https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/home>

8.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

9. PRAZO DO CREDENCIAMENTO

9.1. O prazo de vigência do credenciamento será de acordo com as datas de realização do dias, a contar da assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração e anuência da CREDENCIADA, por igual período.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento a ser realizado pelo credenciado, pela autorização de uso de bem público objeto deste credenciamento, deverá ser realizado até o dia 28/02/2025, o que ocorrer primeiro, sob pena de decadência do direito ao credenciamento.

10.2. O valor a ser pago pelo Credenciado foi determinado a partir das diretrizes da Lei Municipal N.º 106/1990, em seu Artigo 152, inciso IV, que prevê a cobrança do valor de 0,10 da porcentagem do UNIF por dia, por metro quadrado da área ocupada. Atualmente, o valor da UNIF corresponde à R\$ 76,95 (Setenta e seis reais e noventa e cinco centavos)



10.3. Fica previamente estimado os valores estipulados sobre taxa de utilização de exploração comercial de acordo com item 2.1 do presente edital.

11. FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

11.1. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelas credenciadas, podendo proceder ao descredenciamento, nos casos de má prestação do serviço, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia à ampla defesa e ao contraditório.

11.2. A fiscalização dos serviços prestados pela CREDENCIADA, será realizada pelos servidores:

LUCAS DUARTE RABELLO

VINICIUS SOUZA ANDRIOLO

LARISSA MUNIZ DE ANDRADE RODRIGUES

HEITHOR DA SILVA BRANCO

FERNANDO JOSE VIEIRA FERREIRA.

11.3. Cabe aos fiscais designados, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste credenciamento.

11.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização, das obrigações decorrentes do Termo de Credenciamento, não exime a CREDENCIADA da total responsabilidade pela prestação de serviços.

11.5. O Termo de Referência apresenta mais detalhamento das regras e condições referentes à gestão e fiscalização da credenciada.

12. DESCREDENCIAMENTO

12.1. São motivos passíveis de descredenciamento, assegurada ampla defesa e o contraditório, quando a CREDENCIADA:

- a) Descumprir ou violar, no todo ou em parte, as normas contidas neste Edital;
- b) For formalmente “advertida”, por duas vezes;
- c) Desistir do serviço para qual foi credenciada;
- d) Apresentar, a qualquer tempo, na vigência do respectivo Termo de Credenciamento, documentos que contenham informações inverídicas;
- e) Não comparecer ao local da realização das atividades designadas com antecedência necessária para garantir sua plena execução;
- f) Designar ou substituir outro profissional, credenciado ou não, para executar o serviço para o qual foi credenciado, no todo ou em parte.

12.2. A CREDENCIADA poderá a qualquer tempo solicitar o seu descredenciamento, mediante comunicação formal.

13. RESCISÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

13.1. A rescisão do Termo de Credenciamento poderá ocorrer numa das seguintes hipóteses:

- a) Pela ocorrência de seu termo final;
- b) Por acordo entre as partes;
- c) Unilateralmente, pela Administração, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Referência;
- d) Unilateralmente, pela Administração, por interesse público, devidamente motivado, com aviso prévio à CREDENCIADA.

14. ANEXOS

São parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Modelo de Requerimento de Participação
- b) ANEXO II - Declaração Unificada
- c) ANEXO III.A - Declaração de enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI)
- d) ANEXO III.B – Declaração de enquadramento como Pessoa Física
- e) ANEXO VI – Declaração de Conformidade com a Legislação Trabalhista

São José do Vale do Rio Preto, em 19 de Fevereiro de 2025.

Ebenezer Maia Guedes

Chefe da Divisão de Compras

Matrícula: 2485



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

ANEXO I - REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE BARRACAS E
FOOD TRUCK, RELACIONADOS AOS FESTEJOS DE "CARNAVAL 2025 DE SÃO JOSÉ DO VALE DO
RIO PRETO – RJ

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME/RAZÃO SOCIAL	
CPF/CNPJ	
ENDEREÇO	
TELEFONE/WHATSAPP	
E-MAIL	
TIPO DE ATIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO	

Respeitosamente, perante o Órgão solicitamos o credenciamento para participar do processo
seletivo/licitação nº [Número do Processo].

Em XXXX de XXXXX, de 2025

Representante



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

ANEXO II – DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____
declara, para todos os fins de direito:

- Que possui plena capacidade para contratar e exercer todos os direitos inerentes ao solicitado no edital;
- Que possui plena capacidade para contratar e exercer todos os direitos inerentes ao solicitado no Termo de Referência;
- Que está em dia com todas as suas obrigações fiscais e trabalhistas;
- Que não possui débitos com a administração pública;
- Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público;
- Que possui os recursos financeiros, materiais e técnicos necessários para a execução do objeto do credenciamento;
- Que aceita integralmente as condições estabelecidas no edital e demais documentos complementares;
- Que não mantém vínculo de qualquer natureza com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- Que as informações prestadas neste requerimento são verdadeiras, sob as penas da lei.

Em XXXX de XXXXX, de 2025

Representante



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

**ANEXO III.A – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDEDOR
INDIVIDUAL (MEI) PARA PROCESSO DE CREDENCIAMENTO**

[Nome Completo do Representante Legal], inscrito no CPF sob o nº **[CPF]**, portador da Carteira de Identidade nº **[RG]**, na qualidade de representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede na **[Endereço Completo]**, vem, por meio desta, declarar, para todos os fins de direito, que a empresa encontra-se devidamente registrada como Microempreendedor Individual (MEI), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações.

Declara, ainda, que:

- A empresa possui todas as licenças e autorizações necessárias para o exercício da atividade, conforme legislação vigente;
- A empresa está em dia com suas obrigações tributárias e previdenciárias;
- A empresa não possui débitos com a Fazenda Pública;
- A empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público;
- A empresa possui capacidade técnica e operacional para atender às exigências do processo seletivo/licitação nº **[Número do Processo]**, cujo objeto é **[Objeto da Licitação]**.

A presente declaração é emitida para fins de participação no processo seletivo/licitação mencionado e tem como objetivo comprovar o enquadramento da empresa como Microempreendedor Individual.

Em **XXXX de XXXX**, de 2025

Representante



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

ANEXO III.B – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO PESSOA FÍSICA

Requerimento de Credenciamento - Pessoa Física

[Nome Completo], inscrito no CPF sob o nº **[CPF]**, portador da Carteira de Identidade nº **[RG]**, residente e domiciliado na **[Endereço Completo]**, vem, respeitosamente, perante Órgão Contratante, solicitar o credenciamento para participar do processo seletivo/licitação nº **[Número do Processo]**, cujo objeto é **[Objeto da Licitação]**.

Em **XXXX de XXXX**, de 2025

Representante



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

ANEXO IV – Declaração de Conformidade com a Legislação Trabalhista

[Nome da Empresa] inscrita no CNPJ sob o número [CNPJ], com sede na [Endereço completo], neste ato representada por [Nome do Representante Legal], [Cargo] e portador do RG nº [RG] e CPF nº [CPF], no âmbito do processo de credenciamento nº [Número do Processo], declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente o disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, no que se refere à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos e do trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

A empresa declara, ainda, que:

- Possui todos os registros trabalhistas atualizados e em conformidade com a legislação vigente;
- Não utiliza mão de obra infantil em nenhuma de suas atividades;
- Cumpre todas as normas de segurança e saúde do trabalho aplicáveis aos seus empregados;
- Mantem um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os seus colaboradores.

A presente declaração é emitida para fins de comprovação do cumprimento das exigências legais e para fins de participação no processo de credenciamento mencionado.

Em XXXX de XXXX, de 2025

Representante